

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO

O PO da Região Centro desdobra-se em **cinco Eixos Prioritários fundamentais** (sendo um sexto Eixo dedicado à Assistência Técnica) – e que se identificam abaixo-, através dos quais se pretende intervir nas áreas a seguir indicadas:

PO Centro (FEDER)	PO Centralizado
1. Competitividade, Inovação e Conhecimento	577
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de micro e pequenas empresas inovadoras; - Projectos de I&D, em particular projectos de cooperação entre micro e empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico; - Projectos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas; - Qualificação de micro e pequenas empresas; - Projectos-piloto de energias renováveis; - Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento; - Projectos de infra-estruturas, equipamentos e redes de suporte à actividade empresarial; - Acções colectivas de desenvolvimento empresarial. 	
2. Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	250
<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias para a regeneração urbana; - Redes urbanas para a competitividade e inovação; - Mobilidade urbana. 	
3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais	468
<ul style="list-style-type: none"> - Provisão de bens e serviços públicos em áreas rurais; - Valorização de recursos específicos do território; - Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial) 	
4. Protecção e Valorização Ambiental	211
<ul style="list-style-type: none"> - Ciclo Urbano da Água - Prevenção de riscos naturais e tecnológicos; - Gestão de recursos hídricos; - Gestão activa da Rede Natura e Biodiversidade; - Valorização e Ordenamento da Orla Costeira; - Protecção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem; - Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos 	
5. Governação e Capacitação Institucional	141
<ul style="list-style-type: none"> - Governo electrónico regional e local; - Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local; - Promoção institucional da região 	
6. Assistência Técnica	55
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão, acompanhamento, avaliação, controlo, informação e comunicação de PORegional 	

EIXO 1 - COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

Neste Eixo 1 visa-se o reforço da competitividade, da inovação e do conhecimento na Região. São objectivos específicos deste Eixo a promoção do empreendedorismo, a promoção da inovação e da competitividade nas pequenas empresas, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, a dinamização do sistema científico e tecnológico, a promoção do ordenamento e qualificação de espaços de localização empresarial e de transferência de tecnologia e a promoção de energias renováveis. Trata-se do Eixo de maior dimensão financeira do programa, dispondo de uma dotação que representa um pouco mais de 33% do orçamento total.

Empreendedorismo

Uma primeira área de intervenção será a do empreendedorismo, visando-se aqui dar um impulso à criação na Região de novas micro e pequenas empresas portadoras de inovação, seja pela via da introdução de novos processos tecnológicos para produtos existentes, pela do lançamento de novos produtos ou novas variedades de produtos existentes, ou ainda da introdução de novas formas de organização empresarial, designadamente as potenciadoras do empreendedorismo feminino, ou novos métodos de comercialização e marketing.

Projectos de I&DT

Uma segunda área de intervenção encontra-se na I&DT com fins industriais (produção de bens ou serviços) ou comerciais (registo de patentes), a realizar seja por empresas sem recursos ao sistema científico e tecnológico (SCT), seja por estes agentes em parceria com entidades do SCT, seja ainda por estas últimas entidades com objectivos comerciais ou de criação de *spin-offs*.

Investimento produtivo inovador

Uma terceira área de intervenção reside nos projectos de investimento produtivo para introdução de inovação em micro e pequenas empresas existentes. A diferença essencial entre esta área de intervenção e a primeira encontra-se no facto de que se trata aqui, tipicamente, de operar o *upgrading* tecnológico ou organizacional em empresas existentes, enquanto na primeira se trata, sobretudo, de gerar novos empresários ou novas empresas. O critério de elegibilidade essencial nesta área de intervenção será o do carácter inovador dos activos (tangíveis ou intangíveis) gerados ou introduzidos na empresa. Pela sua própria natureza, esta intervenção supõe uma acção coordenada em matéria de qualificação de recursos humanos.

Qualificação de PME

Este Eixo comporta, ainda, como quarta área de intervenção, a qualificação das micro e pequenas empresas. Trata-se aqui de estimular a introdução nesta categoria de empresas de factores complexos de competitividade, susceptíveis de assegurar ganhos de eficiência em domínios como a qualidade, a energia, a organização e outros, ou de gerar acréscimos de valor para a empresa pela via do design, da moda ou da internacionalização. A distinção essencial entre esta área de intervenção e a anterior reside no facto de que se trata aqui de investimentos de carácter exclusivamente incorpóreo, tipicamente de menor dimensão do que os anteriores, com uma função de complementaridade em relação a estes últimos e com uma relativa autonomia.

Sociedade do conhecimento

O desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento constitui a quinta área de intervenção prevista neste Eixo. Trata-se aqui de apoiar, nomeadamente, a constituição de espaços Internet e de espaços virtuais.

Redes de Ciência e Tecnologia

A sexta área de intervenção refere-se à Rede de Ciência e Tecnologia. Estimular as actividades de investigação científica e tecnológica com uma base territorial deverá fazer parte de um *portfolio* diversificado e complementar de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico com relevância para o desenvolvimento das regiões, permitindo uma adequação mais efectiva das diferentes estruturas e contextos existentes no território a políticas específicas de Ciência e Tecnologia. Os critérios de proximidade geográfica podem, no caso em que exista maturidade do sistema científico e tecnológico e massas críticas, beneficiar as associações entre os diversos actores de Ciência e Tecnologia e as suas sinergias. Estratégias a desenvolver neste âmbito incluem o desenvolvimento ou reforço de uma rede diversificada de instituições científicas.

Áreas de acolhimento empresarial

Este Eixo comporta ainda uma sétima área de intervenção na qual se visa o apoio a áreas de acolhimento para a inovação empresarial. Considerando a importância da localização da actividade produtiva e do modelo de gestão dos espaços de localização, como factores de competitividade das empresas e das regiões, trata-se aqui de impulsionar a requalificação de espaços já existentes, a criação de novos espaços qualificados e a introdução de novos modelos de gestão, incluindo-se nesta intervenção a criação de condições ou estruturas para transferência de tecnologia e incubação de empresas. Ao nível da logística, incluem-se intervenções de pequena dimensão quando integradas nestas áreas de acolhimento para a inovação empresarial.

Ações colectivas de desenvolvimento empresarial

Neste Eixo inclui-se ainda uma (oitava) área de intervenção destinada à promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial. Trata-se aqui, nomeadamente, de reforçar a internacionalização da economia da Região, seja pela via da inserção das suas empresas em redes ou circuitos internacionais de comercialização ou de acesso a informação, seja por outros meios de promoção de exportações, ou ainda pela via da captação de investimento proveniente do exterior da Região (doméstico ou IDE).

Energias renováveis

Finalmente a última área contempla intervenções complementares em redes de energia, colmatando falhas de mercado, designadamente no fornecimento do gás natural (Unidades Autónomas de Gás) e na ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade com base em fontes renováveis.

São também enquadráveis projectos-piloto de energias renováveis. Tendo em conta a necessidade de reduzir os consumos energéticos provenientes de combustíveis fósseis e as potencialidades da Região Centro em matéria de energias renováveis, visa-se nesta área de intervenção a exploração de novas formas de energia ou de novas soluções tecnológicas para formas de energias já utilizadas. Trata-se, assim, de impulsionar projectos-piloto (e não projectos para a actividade corrente de produção,

comercialização ou utilização) de energias nos domínios hídrico, eólico, solar, energia dos oceanos, geotermia, biomassa, biogás e biocombustíveis.

Estratégias de eficiência colectiva

Importa realçar, por último, que as intervenções previstas neste Eixo poderão realizar-se, em parte, através da definição de programas integrados para conjuntos específicos de actividades económicas. Tendo em conta o perfil de especialização da Região Centro já existente e as potencialidades da Região em recursos materiais e imateriais, poderão vir a ser definidas estratégias de eficiência colectiva, a realizar através de programas integrados, para conjuntos interligados de actividades e agentes (*clusters*) em domínios como a floresta, a saúde e biotecnologia, o *habitat*, as indústrias do mar, ou outros. Este tipo de intervenção requer, necessariamente, o recurso a instrumentos de política pública complementares (outros programas do QREN, programas utilizadores de outros recursos financeiros da União, instrumentos de âmbito nacional).

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS

Este Eixo Prioritário compreende três áreas de intervenção, que a seguir se descrevem: *realização de parcerias para a regeneração urbana, redes urbanas para a competitividade e inovação, e mobilidade urbana.*

Apoio à realização de parcerias para a regeneração urbana

Trata-se, aqui, de promover iniciativas de requalificação e regeneração intra-urbana dirigidas a espaços distintos das cidades, dotando-as globalmente de capacidade inclusiva, de poder de atracção, de meios para o crescimento sustentável, de qualidade de vida e de ordenamento. Está em causa desenvolver quadros de vida que promovam a mobilização e a qualificação dos cidadãos, criem inovação social e gerem dinamismos urbanos capazes de, adicionalmente, impulsionarem o emprego e a inserção das pessoas.

Privilegiam-se, por isso, nesta área de intervenção operações integradas de requalificação e reinserção urbanas, em detrimento de projectos dispersos. Contam-se entre elas intervenções em zonas de excelência (centros históricos, espaços públicos, zonas valiosas do ponto de vista ambiental, patrimonial ou paisagístico), em zonas críticas (periferias ou áreas degradadas ou desordenadas social ou fisicamente), assim como a recuperação e qualificação ambiental, a refuncionalização de edifícios ou áreas urbanas ou ainda a criação de novas centralidades.

A conjugação das dimensões ambiental, física, económica e social da estruturação urbana, por um lado, e a mobilização de vários actores (públicos e privados) através do estabelecimento de parcerias, por outro, são duas características essenciais e diferenciadoras desta área de intervenção.

Redes para a competitividade e inovação urbanas

O reforço da competitividade das cidades da Região Centro, conforme referido nas prioridades estratégicas para a Região, passa pelo pleno aproveitamento da “*aglomeração no espaço urbano de actividades produtivas, comerciais, financeiras, científicas e de prestação de serviços especializados*” e da capacidade de “*constituição de redes entre actores públicos e/ou privados para comunicação de informação e troca de experiências, seja de âmbito sub-regional, regional, nacional ou internacional*”. E passa sobretudo por as cidades desenvolverem factores diferenciadores que reforcem o seu potencial de atracção de novas actividades e recursos e a sua notoriedade.

A necessidade de ganhar massa crítica, de potenciar economias de aglomeração e de estruturar os aglomerados populacionais no contexto dos respectivos sistemas urbanos e espaços sub-regionais, pressupõe a promoção de iniciativas conjuntas assumidas num quadro de cooperação intermunicipal e a escalas mais amplas. Além das associações de municípios, poderão emergir diferentes redes com múltiplos objectivos estratégicos e em função de lógicas e geografias variáveis (sub-regional, regional, nacional, internacional), de que são exemplos: redes para a programação cultural e a gestão comum de equipamentos colectivos; parcerias para promover a mobilidade (urbana e intermunicipal), gestão urbana e promoção de planos intermunicipais (de ordenamento do território, mobilidade, etc.); redes de cooperação, urbana e territorial, nacionais e internacionais, visando estimular o conhecimento, a inovação e o desenvolvimento económico e social.

Apoio à mobilidade urbana

A estruturação das cidades e dos sistemas urbanos implica a melhoria da mobilidade intra e interurbana, de modo a assegurar a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional. Inclui-se, assim, também neste Eixo a promoção de investimentos e iniciativas no domínio do transporte colectivo, da intermodalidade, dos percursos pedonais e ciclovias e da eliminação de barreiras físicas, incluindo-se ainda a construção de variantes a centros urbanos.

EIXO 3 – CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS

Apesar dos progressos conseguidos na Região Centro ao nível das redes de infra-estruturas e de equipamentos e serviços colectivos, persistem, numa grande parte da Região, situações deficitárias em matéria de factores de fixação da população, em especial nas zonas de mais baixa densidade demográfica, institucional e económica. A experiência mostra também que não é suficiente realizar nestes territórios intervenções públicas para promover a coesão e a inclusão, sem estimular paralelamente o investimento privado gerador de emprego e de riqueza. Noutros termos, a coesão só adquire consistência e sustentabilidade quando assenta no desenvolvimento económico e este passa, em maior ou menor escala, pela competitividade destes territórios.

Estas intervenções a realizar no contexto deste Eixo prosseguem três objectivos específicos: a valorização de recursos específicos do território, o reforço da identidade da região e a qualificação integrada dos espaços sub-regionais.

Incluem-se aqui dois grandes tipos de intervenções. Por um lado, acções para fechar as redes de infra-estruturas, equipamentos e serviços colectivos, a fim de garantir as condições mínimas de bem-estar social actualmente requeridas. Por outro lado, acções de valorização económica dos recursos endógenos, destinadas a promover o investimento privado, e assim, assegurar condições para a criação local de emprego e de rendimento.

Qualificação integrada de espaços sub-regionais

Esta área de intervenção dirige-se aos investimentos em infra-estruturas, equipamentos e serviços colectivos de proximidade. É necessário que estes investimentos sejam concebidos de um modo integrado e é desejável que sejam realizados através da concertação intermunicipal. Trata-se de assegurar, numa perspectiva de coesão, o acesso à educação, à saúde, etc.

Valorização de recursos específicos do território

Esta segunda linha de força compreende intervenções de desenvolvimento territorial a partir da base endógena - recursos específicos - e da geração de capacidades competitivas de nível local. Tem-se aqui em conta que a Região Centro dispõe de uma diversidade de recursos endógenos (naturais, culturais, patrimoniais, paisagísticos, gastronómicos, etc.) que, em grande parte, a diferenciam no contexto nacional e que, no seu conjunto, encerram um elevado potencial económico que é necessário valorizar.

Privilegiam-se aqui os recursos que sejam a base de uma parte significativa da economia de um espaço sub-regional concreto, ou aqueles que sejam suporte de redes temáticas de promoção do desenvolvimento, ou ainda os que incentivem a emergência de actividades que superem as dependências tradicionais das economias locais, designadamente as de natureza rural. É essencial que os projectos a apresentar procurem desenvolver lógicas de articulação de recursos e de objectivos, procurando impactos territoriais concertados. Por exemplo, combinando as intervenções no património ou na paisagem com a existência de factores de atractividade ligados à economia do turismo

ou à geração de novas procuras residenciais em meios de baixa densidade, estimulando o uso das TIC e o desenvolvimento de formas de teletrabalho. É nesta perspectiva que podem vir a estabelecer-se operações fechadas ligadas à valorização do património, dos recursos naturais ou à criação de condições de atracção de actividades e de residentes.

Importa, assim, que as intervenções gerem novas dinâmicas (em particular, baseadas no empreendedorismo, nomeadamente o empreendedorismo feminino), alterem a tendência para o despovoamento, a desertificação e o estreitamento da base económica local, e se afirmem como criadoras de novos factores de excelência nos meios não-urbanos, fixando ou atraindo população e novas actividades.

EIXO 4 - PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

A Região Centro compreende um território vasto e diverso, do ponto de vista das condições naturais, coexistindo espaços ambientalmente bem preservados e protegidos com outros que apresentam sinais de degradação ou que se caracterizam por uma especial vulnerabilidade e exposição a riscos. Estes espaços ambientalmente sensíveis encerram, ao mesmo tempo, na sua maioria, um elevado potencial para o desenvolvimento de actividades de lazer, desporto e turismo.

Dados, por um lado, os custos inerentes a um elevado nível de protecção e, por outro, a valia social e económica que os espaços em causa apresentam, importa combinar, tanto quanto possível, a protecção com a valorização, de modo a conseguir, simultaneamente, o maior nível de protecção e a minimização dos custos públicos para a atingir. Tal significa a necessidade de envolver na agenda ambiental, para além dos agentes públicos, outros actores, não só os causadores de externalidades negativas neste domínio, mas também aqueles (nomeadamente investidores privados) que podem, seguindo a sua lógica própria mas compatibilizando-a com o respeito das regras de protecção e preservação estabelecidas, contribuir para a realização dos fins públicos em causa.

Deste modo os objectivos específicos a prosseguir por este Eixo Prioritário são: a protecção e gestão dos recursos hídricos, a protecção de zonas ambientalmente sensíveis e a prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

Dada a diversidade dos problemas visados, este Eixo desdobra-se em várias áreas de intervenção.

Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos

Trata-se aqui de promover acções de classificação e de delimitação de zonas de risco, designadamente as ameaçadas pelas águas do mar ou de instabilidade de arribas litorais, etc.;

São também consideradas as acções direccionadas para uma intervenção sistemática de prevenção, alerta e gestão de riscos e efeitos associados.

Gestão de recursos hídricos

Incluem-se aqui obras de limpeza e regularização de cursos de água, prevenção da poluição em albufeiras e outros planos de água, etc..

Gestão activa da Rede Natura e Biodiversidade

Incluem-se aqui acções de dinamização ambiental e criação de condições de fruição/visitação de áreas naturais integradas em Rede Natura 2000, instrumentos de Gestão de áreas Naturais Sensíveis para a aplicação das orientações do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, criação de Parques Ambientais de génese local e Ecomuseus, infraestruturação de Trilhos e Percursos da Natureza para apoio de actividades de Turismo da Natureza, sinalética e apoio à fruição de espaços naturais, Centros de Informação, Interpretação e Educação Ambiental, certificação de destinos naturais, propagação e produção de espécies vegetais autóctones no âmbito de projectos de reabilitação ecológica de habitats e corredores ecológicos para espécies prioritárias da Rede Natura 2000, apoio à integração em redes internacionais de conservação da natureza e biodiversidade, monitorização e promoção dos valores que compõem a biodiversidade regional.

Valorização e Ordenamento da Orla Costeira

Trata-se aqui de acções integradas de defesa e reabilitação costeira, envolvendo obras de defesa costeira, alimentação artificial de praias, protecção e recuperação de sistemas dunares e de arribas; retirada programada de ocupações em zonas de risco; reforço de cotas de zonas baixas ameaçadas pelas águas, etc..

De modo mais específico, trata-se de apoiar acções integradas de requalificação, reabilitação, valorização e gestão de zonas costeiras e estuarinas, suportadas em planos integrados que considerem, simultaneamente, as vertentes marinha e terrestre, os ecossistemas costeiros, as actividades económicas, os factores antrópicos que influenciam a dinâmica costeira, a prevenção do risco, a gestão e requalificação das frentes urbanas e do uso balnear, a correcção de disfunções ambientais, a monitorização das transformações da orla costeira, a sensibilização ambiental e o apoio à decisão.

Protecção e valorização de outras zonas sensíveis e qualificação da paisagem.

Prevêm-se aqui intervenções em outras zonas ambientalmente sensíveis para além das anteriores (nomeadamente zonas de grande beleza paisagística), em que seja relevante uma acção de protecção/preservação e para as quais seja possível mobilizar, em parceria, agentes públicos, agentes sociais e económicos que assegurem o essencial dos meios financeiros necessários à intervenção.

Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos

Trata-se aqui do apoio a acções de educação e sensibilização ambientais, em especial campanhas que chamem a atenção para a importância da reutilização e da reciclagem de resíduos, como factores importantes da preservação dos recursos naturais.

Ciclo urbano da água

Prevêem-se, ainda, neste Eixo intervenções no domínio do ciclo urbano da água, com vista a completar redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais. Trata-se aqui, no entanto, apenas das intervenções autónomas em baixa.

EIXO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Atendendo à necessidade de melhorar a governação e promover a capacitação institucional da Região, são objectivos específicos deste Eixo: reduzir os custos de contexto, facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração pública, promover a Região no plano institucional e monitorizar a evolução da sua situação sócio-económica.

O Eixo desdobra-se nas três áreas de intervenção seguintes:

Governo electrónico

A promoção do governo electrónico constitui uma destas áreas. Trata-se aqui, nomeadamente, de apoiar projectos relativos a cidades e regiões digitais e a conteúdos para a Internet.

Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local

Nesta segunda área de intervenção, relativa à melhoria do relacionamento das empresas e dos cidadãos com a Administração, considera-se uma componente de modernização tecnológica e processual, que inclui instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos.

Adicionalmente, inclui uma componente “física” que consiste na criação/modernização de infra-estruturas conjuntas prestadoras de serviços públicos. Trata-se, no essencial, de replicar a bem sucedida experiência das lojas do cidadão, ainda que em formatos diversificados. Visa-se, deste modo, a disseminação – ao nível das autarquias locais – de balcões de atendimento e prestação de serviços públicos transversais e multi-serviços, que podem incluir serviços de Administração Local, Regional e Central.

Nos territórios de baixa densidade populacional, as lojas do cidadão incluirão a prestação ambulatória de serviços de interesse geral junto das populações residentes em pequenos aglomerados populacionais (centros multi-serviços).

Promoção institucional da Região

Configurando uma outra área de intervenção, integram ainda este Eixo intervenções para a promoção institucional da Região. Estas intervenções poderão exercer uma função de complementaridade em relação à intervenção para a promoção da economia

da Região a realizar através das acções colectivas de desenvolvimento empresarial previstas no Eixo 1.

EIXO 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A (boa) governação do PO é uma das condições do seu sucesso. Tal é reconhecido, de modo lapidar, no relatório da avaliação *ex ante*, onde se afirma: “as qualidades que estamos a atribuir ao Programa são, sobretudo, **desafios para a sua gestão e execução** – como qualidades, elas são apenas qualidades preliminares; a sua confirmação depende do modo como forem mantidas ao longo da concretização do Programa” (Relatório final, p.69). Deste modo, neste Eixo, o que está em causa é assegurar e criar condições para uma gestão dos recursos financeiros, atribuídos ao PO, criteriosa e eficaz, que se traduza no apoio ao desenvolvimento de iniciativas que tornem a região Centro mais rica e mais inclusiva, social e territorialmente, em 2013 e daí para o futuro.

Este Eixo desdobra-se nas seguintes áreas de intervenção:

Gestão do PO

Onde se assegura a existência de condições, materiais, técnicas e humanas, para a gestão quotidiana do PO (incluindo o seu Sistema de Informação)

Avaliação

Será neste contexto que se assegurará o financiamento às actividades de avaliação operacional e estratégica que se efectuarão ao longo do “período de vida útil” do PO.

Controlo e auditoria

Trata-se de uma actividade fundamental ao bom desempenho do PO, que encontrará aqui as condições materiais para a sua execução (o seu financiamento).

Publicidade

Ao PO, de modo a sensibilizar os seus potenciais utilizadores para a “janela de oportunidades” que ele representa, mas publicitação ainda dos seus resultados, das boas práticas que ele promoverá.

Proceder-se-á, ainda, à divulgação dos resultados das avaliações, tornando acessível aos cidadãos-contribuintes o resultado do uso dos recursos públicos.

